MPV 782 00044



ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 782/2017	
Autor Dep. Carlos Zarattini PT/SP	Partido PT
1. Supressiva 2 Substitutiva 3X_Modificativa	4Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifiquem-se o título e os artigos 55 e 56 da Medida Provisória 782/2017.

Ministério do Trabalho e Previdência

- Art. 55. Constitui área de competência do Ministério do Trabalho e Previdência:
- I política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho;
- III fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;
- IV política salarial;
- V formação e desenvolvimento profissional;
- VI segurança e saúde no trabalho;
- VII política de imigração;
- VIII cooperativismo e associativismo urbano;
- IX previdência; e
- X previdência complementar
- Art. 56. Integram a estrutura básica do Ministério do Trabalho:
- I o Conselho Nacional do Trabalho;
- II o Conselho Nacional de Imigração;
- III o Conselho Nacional de Economia Solidária;
- IV o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- V o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- VI o Conselho Nacional de Previdência;

CD/17238.13818-00

- VII a Câmara de Recursos da Previdência Complementar;
- VIII o Conselho Nacional de Previdência Complementar;
- IX Instituto Nacional do Seguro Social INSS
- X Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho FUNDACENTRO e
- VI até sete Secretarias.
- §1º. Os Conselhos a que se referem os incisos I a VI do caput são órgãos colegiados de composição tripartite, observada a paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.
- §2º. O Conselho Nacional de Previdência estabelecerá as diretrizes gerais previdenciárias a serem seguidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende resgatar a constituição do Ministério do Trabalho e Previdência, recompondo as atribuições e a estrutura para seu melhor funcionamento, inclusive com as referências aos órgãos vinculados.

A estrutura do Estado para garantia da organização e atendimento das determinações constitucionais referentes à Previdência Social e deve ser assegurada com a autonomia institucional, sem a subjugação à lógica financista, como pretendido pelo governo, que inseriu, na condição de apenas uma secretaria, o trato estatal da previdência, sem atentar para oferecer a sustentação protetiva da sociedade brasileira, especialmente de trabalhadores e seus dependentes.

Defendemos o resgate do Ministério do Trabalho e Previdência em um único ministério.

 PARLAMENTAR
Dep. Carlos Zarattini PT/SP